

(iv) - Portanto, é indevida a exigência de registro junto ao CREA, conforme pleiteado pela Impugnante e pelos mesmos motivos, não há que se falar em “atestado de capacidade técnica acervado e ART NA GESTÃO DE CONTRATO”, sendo que, sem dúvida, as exigências pretendidas redundariam em restrição indevida ao caráter competitivo do certame;

(v) - A impugnante equivocou-se, ademais, quando alega que o edital teria sido modificado com relação à obrigatoriedade do fornecimento de passagens rodoviárias para os presos colocados em liberdade desprovidos de condições financeiras (item 5.2.2.5 do Termo de Referência);

(vi) - Ao contrário do alegado pela Impugnante não houve qualquer modificação na redação do edital no ponto indicado;

(vii) - Além disso, a previsão não redunda em violação ao princípio da isonomia, já que trata de forma igual aqueles que estão em uma situação semelhante (presos colocados em liberdade, desprovidos de condições financeiras, que precisem se deslocar dentro do Estado de São Paulo);

(viii) - Também não procede a impugnação quando alega que não haveria no edital projeto educativo e de ressocialização, bem como, que o edital não teria sido claro nos pontos indicados; sendo tal alegação extremamente genérica e não diz por qual motivo o edital não teria sido claro, não aponta o porquê entende que não há um projeto educativo e de ressocialização prisional, nem qual a previsão deixou de constar no edital e que seria essencial a esse respeito;

(ix) - Há que se esclarecer que em diversos trechos do Termo de Referência consta a obrigação da empresa a ser contratada no tocante à prestação dos serviços de assistência à educação e ao trabalho, por exemplo: subitens 3.5.13, 4.2.6.

(x) - Da mesma forma há diversos trechos do Termo de Referência acerca da ressocialização prisional e reintegração social do preso, cumprindo dar destaque ao subitem 4.2.8, que trata da assistência ao trabalho;

(xi) - Portanto, as alegações da Impugnante, além de genéricas, não refletem a realidade do edital de licitação;

(xii) - Também não há como se acolher a alegação de que a palavra “validado”, que consta no subitem 3.3.3 do termo de referência seria subjetiva e daria margem para possível controle pelo Estado, o que não passa de mera conjectura da Impugnante;

(xiii) - A expressão “validado” tem a conotação de que os profissionais selecionados pela Contratada, por questões de segurança, contarão com a concordância da Administração Pública, o que, de forma alguma, implica em controle do Estado nas atividades privadas;

(xiv) - Também não merece prosperar a impugnação ao subitem 3.3.5 do Termo de Referência, que está em sintonia com a redação de todo o edital de licitação, no sentido de que a Contratada dará apoio necessário à segurança e disciplina no interior da unidade prisional, sendo que o poder de polícia permanecerá de forma exclusiva com o Estado.

(xv) - Por fim, deve ser afastada a alegação de que deveria ser exigido no edital que “a seguradora tenha rating e registro no SUSEP” com relação à garantia de proposta, o que atenderia a jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União;

(xvi) - É importante esclarecer que o Estado de São Paulo está submetido à jurisdição do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

(xvii) - Ademais, as previsões do edital estão em total consonância com a legislação aplicável à espécie, sendo que as hipóteses de garantia são aquelas previstas no §1º do artigo 56, da Lei de Licitações;

(xviii) - A garantia da proposta será aceita desde que atenda aos requisitos da legislação de regência, sendo exagerado esperar que o edital preveja todo e qualquer tipo de minúcia.

A vista do exposto, a Comissão Julgadora de Licitações decidiu, por unanimidade, indeferir o pleito da impugnante EMBRASIL SERVIÇOS LTDA. (fls.709/715), com fundamento no contido no Parecer CJ nº 131/2020 (fls.790/798).

Comissão Julgadora de Licitação.

CHEFIA DE GABINETE

Processo SAP nº 3019341/2019 Impugnação do Edital de Concorrência 002/2019 – Gestão Compartilhada de Presídios.

Considerando o contido no Parecer CJ nº 132/2020 (fls.799/805), que analisou as razões da impugnação formulada pelo SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PRESÍDIOS E EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS - SINESPS (fls.720/732), o qual acolhemos como motivação para decidir, uma vez que, os argumentos trazidos à colação pela impugnante, não merecem prosperar, pelas seguintes razões:

(i) - O argumento trazido à colação pela impugnante, no sentido de que a previsão de qualificação técnica constante do edital de concorrência se mostraria como um possível desvio de finalidade da própria exigência dos documentos listados, como ainda geraria incongruências editalícias capazes de lhe macular com nulidade, mormente em razão da possibilidade de causarem graves riscos à execução contratual e ao interesse público, não merece prosperar;

(ii) - Há que se esclarecer que o item “5.1.5 Qualificação Técnica” do edital foi redigido de forma a atender aos comandos da decisão proferida pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando do Exame Prévio de Edital nos autos dos processos TC’s 021773.989.19-9, 021789.989.19-1, 021867.989.19-6, 021932.989.19-7, 021956.989.19-8), garantindo a competitividade do certame e, ao mesmo tempo, a segurança na execução do ajuste a ser firmado;

(iii) - Ao contrário do sustentado pela Impugnante a comprovação da qualificação técnico-operacional não fere o interesse público. Na verdade, a exigência editalícia é verdadeira consagração de respeito ao interesse público, haja vista a ampliação da competitividade na licitação e, por consequência, permite à Administração selecionar a proposta mais vantajosa;

(iv) - Além de prestigiar a competitividade do certame, a possibilidade da demonstração da qualificação técnica por meio da comprovação da qualificação técnico-profissional assegura a empresa a ser contratada contará com profissionais com vivência prévia nas unidades prisionais, o que é mais do que suficiente para garantir a segurança necessária na execução do ajuste;

(v) - Nesse sentido, caso opte por comprovar a qualificação técnica nos termos previsto no subitem 5.1.4.1, alínea “b” do edital, a empresa a ser contratada deverá comprovar que possui vínculo profissional com ao menos 03 (três) profissionais que tenham experiência prévia nas funções de direção, chefia e/ou coordenação de unidades prisionais, o que garante, sem sombra de dúvida, que os profissionais que exercerão funções-chave na execução do contrato terão sólido e consistente conhecimento da realidade do sistema carcerário;

(vi) - Dessa forma, a previsão editalícia está em total consonância com o disposto na Lei de Licitações, especificamente, a exigência de qualificação técnico profissional atende ao disposto no artigo 30, § 1º, inciso I, ao prever a exigência de profissionais detentores de responsabilidade técnica com experiência prévia em funções-chave dentro de uma unidade prisional;

(vii) - Também não procede a impugnação quanto a alegação de que a qualificação técnico-profissional exigida no Edital não “traz qualquer exigência de natureza técnico-profissional, como formação acadêmica ou técnica, nível de escolaridade ou registro em qualquer órgão de classe ou coisa parecida”;

(viii) - Ocorre que, a exigência pretendida pela impugnante ofende o disposto no § 5º, do artigo 30, da Lei de Licitações, sendo totalmente descabida, já que não há qualquer fundamento para impor aos referidos profissionais qualquer registro em órgão de classe, formação acadêmica ou nível de escolaridade;

(ix) - O que se exige no edital é experiência prévia nas funções de direção, chefia e/ou coordenação em unidade prisional, que correspondam as de gerente operacional, chefe de plantão e chefe de portaria, de regime fechado ou semiaberto, sob regime

de gestão pública ou sob regime de gestão compartilhada, de modo que esta experiência se obtém com o exercício da atividade e não, por exemplo, com o simples registro em órgão de classe ou ter cursado ensino superior;

(x) - Não custa lembrar que a exigência de registro por conselhos profissionais é cabível, exclusivamente, nas hipóteses em que a experiência exigida seja, necessariamente, decorrente de atividade submetida à sua fiscalização, o que não é o caso;

(xi) - Tal entendimento encontra supedâneo na jurisprudência da E. Corte de Contas Bandeirante (Súmula 15);

(xii) - Importante esclarecer, nessa toada, que para o exercício das funções de direção e/ou coordenação em unidades prisionais, correspondentes às funções de gerente operacional, chefe de plantão e chefe de portaria, jamais houve a exigência de que os referidos profissionais fossem vinculados a qualquer órgão de classe ou tivessem formação acadêmica;

(xiii) - Eventual exigência nesse sentido, portanto, restringiria indevidamente o certame ao deixar de admitir profissionais que tenham obtido legitimamente experiência semelhante à função que será exercida no contrato;

(xiv) - A exigência de registro em entidade profissional, ou mesmo a comprovação de ter o profissional curso superior, além de não atender ao interesse público primário, seria restritiva ao caráter competitivo do certame.

A vista do exposto, a Comissão Julgadora de Licitações decidiu, por unanimidade, indeferir o pleito do impugnante SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PRESÍDIOS E EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS - SINESPS (fls.720/732), com fundamento no contido no Parecer CJ nº 132/2020 (fls.799/805).

Comissão Julgadora de Licitação.

CHEFIA DE GABINETE

Processo SAP nº 3019341/2019. Impugnação do Edital de Concorrência 002/2019 – Gestão Compartilhada de Presídios.

Considerando o contido no Parecer CJ nº 133/2020 (fls.806/810), que analisou as razões da impugnação formulada pela empresa MONTESINOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL LTDA (fls.766/788), cujos documentos que regularizam a representação da impugnante foram acostados às fls. 856/864 dos autos, o qual acolhemos como motivação para decidir, uma vez que, os argumentos trazidos à colação pela impugnante, não merecem prosperar, pelas seguintes razões:

(i) - O argumento trazido à colação pela impugnante, no sentido de que a previsão de qualificação técnica constante do edital de concorrência seria por demais permissiva, possibilitando a participação de empresas sem qualquer experiência na gestão prisional; não merece prosperar;

(ii) - Há que se esclarecer que o item “5.1.5 Qualificação Técnica” do edital foi redigido de forma a atender aos comandos da decisão proferida pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando do Exame Prévio de Edital nos autos dos processos TC’s 021773.989.19-9, 021789.989.19-1, 021867.989.19-6, 021932.989.19-7, 021956.989.19-8), garantindo a competitividade do certame e, ao mesmo tempo, a segurança na execução do ajuste a ser firmado;

(iii) - Ao contrário do sustentado pela Impugnante a comprovação da qualificação técnico-operacional não se trata de cláusula frágil e perigosa;

(iv) - Isso porque a Secretaria de Administração Penitenciária irá, periodicamente, realizar o controle sobre as atividades desenvolvidas pela Contratada, de modo a verificar o atendimento aos critérios de qualidade dos serviços prestados, conforme pode se verificar no Anexo G do Edital;

(v) - Ademais, além de prestigiar a competitividade do certame, a possibilidade da demonstração da qualificação técnica por meio da comprovação da qualificação técnico-profissional assegura que a empresa a ser contratada contará com profissionais com vivência prévia nas unidades prisionais, o que é mais do que suficiente para garantir a segurança necessária na execução do ajuste;

(vi) - Nesse sentido, caso opte por comprovar a qualificação técnica nos termos previsto no subitem 5.1.4.1, alínea “b” do edital, a empresa a ser contratada deverá comprovar que possui vínculo profissional com ao menos 03 (três) profissionais que tenham experiência prévia nas funções de direção, chefia e/ou coordenação de unidades prisionais, o que garante, sem sombra de dúvida, que os profissionais que exercerão funções-chave na execução do contrato terão sólido e consistente conhecimento da realidade do sistema carcerário;

(vii) - Dessa forma, a previsão editalícia está em total consonância com o disposto na Lei de Licitações, especificamente, a exigência de qualificação técnico profissional atende ao disposto no artigo 30, § 1º, inciso I, ao prever a exigência de profissionais detentores de responsabilidade técnica com experiência prévia em funções-chave dentro de uma unidade prisional.

A vista do exposto, a Comissão Julgadora de Licitações decidiu, por unanimidade, indeferir o pleito da impugnante MONTESINOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL LTDA, (fls.766/788), com fundamento no contido no Parecer CJ nº 133/2020 (fls.806/810).

Comissão Julgadora de Licitação.

COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

EXTRATO DE EMPENHO

ATAS C SSP: 001/2019; 004/2019; 006/2019; 007/2019; 020/2019; 033/2019; 038/2019; 060/2019; 065/2019; 078/2019; 085/2019; 094/2019; 099/2019; 111/2019; 113/2019 e 126/2019.

Processo SAP-PRC-2020/05226

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 12.664.453/0001-00

Nota de Empenho: 2020NE00138

Valor do Empenho: R\$ 94,08

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 56.998.701/0033-01

Nota de Empenho: 2020NE00139

Valor do Empenho: R\$ 9.072,00

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 60.318.797/0001-00

Nota de Empenho: 2020NE00140

Valor do Empenho: R\$ 554,40

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 02.814.497/0007-00

Nota de Empenho: 2020NE00141

Valor do Empenho: R\$ 180,00

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 44.734.671/0001-51

Nota de Empenho: 2020NE00142

Valor do Empenho: R\$ 2.739,50

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: DROGAFONTE LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 08.778.201/0001-26

Nota de Empenho: 2020NE00143

Valor do Empenho: R\$ 149,76

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMP. E EXP. LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 04.027.894/0001-64

Nota de Empenho: 2020NE00144

Valor do Empenho: R\$ 1.961,19

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMP. E EXP. LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 04.027.894/0007-50

Nota de Empenho: 2020NE00145

Valor do Empenho: R\$ 117,28

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: FARMACE INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA CEARENSE LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 06.628.333/0001-46

Nota de Empenho: 2020NE00146

Valor do Empenho: R\$ 86,40

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: INDMED HOSPITALAR EIRELI.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 24.614.797/0001-85

Nota de Empenho: 2020NE00147

Valor do Empenho: R\$ 351,20

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: MONACO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 29.010.039/0001-71

Nota de Empenho: 2020NE00148

Valor do Empenho: R\$ 230,40

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: NATULAB LABORATÓRIO S/A.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 29.010.039/0001-71

Nota de Empenho: 2020NE00149

Valor do Empenho: R\$ 1.711,50

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: PORTAL LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 05.005.873/0001-00

Nota de Empenho: 2020NE00150

Valor do Empenho: R\$ 93,60

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 73.856.593/0011-38

Nota de Empenho: 2020NE00151

Valor do Empenho: R\$ 714,60

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: PROATIVA HOSPITALAR EIRELI.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 27.656.480/0001-08

Nota de Empenho: 2020NE00152

Valor do Empenho: R\$ 602,10

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: PROVIP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 20.202.872/0001-40

Nota de Empenho: 2020NE00153

Valor do Empenho: R\$ 235,03

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Nota de Empenho: 2020NE00154

Valor do Empenho: R\$ 528,00

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 60.665.981/0009-75

Nota de Empenho: 2020NE00155

Valor do Empenho: R\$ 635,76

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: VOLPI DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 64.533.797/0001-75

Nota de Empenho: 2020NE00156

Valor do Empenho: R\$ 57,50

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

EXTRATO DE EMPENHO

ATAS C SSP: 001/2019; 004/2019; 006/2019; 007/2019; 020/2019; 033/2019; 038/2019; 060/2019; 065/2019; 078/2019; 085/2019; 094/2019; 099/2019; 111/2019; 113/2019 e 126/2019.

Processo SAP-PRC-2020/05226

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 12.664.453/0001-00

Nota de Empenho: 2020NE00138

Valor do Empenho: R\$ 94,08

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 56.998.701/0033-01

Nota de Empenho: 2020NE00139

Valor do Empenho: R\$ 9.072,00

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 60.318.797/0001-00

Nota de Empenho: 2020NE00140

Valor do Empenho: R\$ 554,40

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 02.814.497/0007-00

Nota de Empenho: 2020NE00141

Valor do Empenho: R\$ 180,00

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 44.734.671/0001-51

Nota de Empenho: 2020NE00142

Valor do Empenho: R\$ 2.739,50

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: DROGAFONTE LTDA.

Objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS às Unidades Prisionais da CAFIS.

CNPJ: 08.778.201/0001-26

Nota de Empenho: 2020NE00143

Valor do Empenho: R\$ 149,76

Data da Assinatura: 13/03/2020

Vigência: 30 dias

Fonte do recurso: 081001141

Programa de trabalho: 10302381361420000

Natureza de Despesa: 33903030

Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

Contratada: DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMP. E EXP. LTDA.